

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A SURDEZ SOB A ÓTICA DA DIFERENÇA

Letícia de Sousa Leite¹
Eliamar Godoi²

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da tese em andamento e está sendo escrito para contribuir com o trabalho dos professores e profissionais em formação que atuam na educação de surdos. O estudo aqui apresentado se vale da nossa experiência como professora da educação básica e intérprete de Libras que, por muitos anos, vivenciamos os processos avaliativos aplicados aos surdos. Diversas vezes, em função de práticas avaliativas equivocadas, os resultados não indicavam o real desempenho desses estudantes que são público-alvo da Educação Especial.

Quanto ao quadro teórico-metodológico, o trabalho é circunscrito na revisão bibliográfica da temática de estudo, quais sejam, os textos referentes à avaliação de aprendizagem, em termos gerais, e à avaliação dos alunos surdos em contexto de ensino de Línguas. A fim de buscar suporte à temática envolvida no presente estudo, trabalhos como os de Carvalho (2018), Felice (2013), Fidalgo (2004) e Scaramucci (1997, 1999) no âmbito da Linguística Aplicada; Haydt (1995), Hoffman (1996), Luckesi (2000, 2002), dentre outros diferentes teóricos que vinculam seus estudos a outras áreas; Albres (2012), Fernandes (2007), Godoi (2019) e Thoma (1999) na avaliação da aprendizagem dos surdos, fundamentam as discussões.

Nosso propósito nesta investigação é fornecer informações sobre os processos avaliativos e os mecanismos de avaliação da aprendizagem de aluno surdo no âmbito da pós-graduação. Em se tratando do enfoque específico dessa tese que se propõe a investigar os processos avaliativos e os mecanismos de avaliação da aprendizagem de aluno surdo no âmbito da pós-graduação, esta pesquisa é inédita. É notória a carência de trabalhos no campo dos estudos linguísticos que se proponham a investigar as avaliações aplicadas aos alunos surdos com o intuito de direcionar o trabalho docente, o que também justifica este estudo.

As considerações expostas são relevantes para compreender que o nosso interesse na presente pesquisa se trata de maneira específica, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL da Universidade Federal de Uberlândia que recebeu cinco discentes surdos no curso de Doutorado acadêmico dentre os anos de 2020 a 2023. Pretendemos, com esta investigação, contribuir com os aspectos da avaliação aplicada aos surdos por meio de uma proposta que valorize o modo como esses estudantes mobilizam suas habilidades e reflitam o seu real desempenho a partir um processo avaliativo incluyente que leve em conta a sua particularidade linguística.

Por extensão, acreditamos colaborar com os estudos sobre avaliação da aprendizagem dos surdos ao evidenciar certas lacunas observadas nas práticas avaliativas aplicadas a esses aprendizes ao não contemplar a sua condição

¹ Acadêmica do Curso de Doutorado da Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. leticiadesousaleite@gmail.com

² Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia. Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. eliamarufu@gmail.com

linguística. Uma vez expostas as nossas considerações iniciais, vamos apresentar a metodologia que norteia a presente investigação.

1 METODOLOGIA

A metodologia adotada na presente investigação se fundamenta no paradigma qualitativo de base interpretativista, cujo procedimento metodológico utiliza a pesquisa documental e o estudo de caso. Como pesquisa documental, buscamos analisar os documentos oficiais do PPGEL, os históricos dos discentes surdos do curso de Doutorado acadêmico e os aspectos legais relacionados à educação dos surdos, quais sejam, a Lei 10.436/2002, o Decreto 5.626/2005, a Lei Brasileira da Inclusão 13.146/2015, dentre outros. O estudo de caso é referente aos discentes surdos matriculados no curso de Doutorado do PPGEL.

Constituem-se como sujeitos de pesquisa, nesse caso, os alunos surdos matriculados no curso de Doutorado acadêmico e seus respectivos docentes, tendo o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL da Universidade Federal de Uberlândia como cenário de pesquisa. O instrumento utilizado na coleta de dados é o questionário, apresentando questões fechadas e abertas, aplicado aos doutorandos surdos e aos docentes das disciplinas cursadas.

Com vistas a fazer um levantamento dos resultados obtidos nas disciplinas cursadas pelos discentes surdos, é apresentada uma análise do histórico escolar. Os documentos legais, tais como a Lei 13.146/2015 e os Decretos 5.626/05 e 7.611/11 também se constituem como base de análise de dados. Pretendemos analisar com base nos documentos reguladores que determinam a necessidade de desenvolver práticas e mecanismos avaliativos alternativos e coerentes com aprendizagem de segunda língua, se o PPGEL propicia o direito aos discentes surdos de ter avaliação específica coerente com sua condição e habilidades.

É nesse viés de entendimento que buscamos analisar os documentos internos do PPGEL com vistas a investigar as diretrizes de avaliação da aprendizagem dos discentes do Programa, em específico no que se refere aos procedimentos avaliativos aplicados aos discentes surdos. No caso da presente investigação, além da pretensão de analisar o Regimento do PPGEL da UFU buscamos fazer um levantamento do histórico acadêmico dos discentes surdos regularmente matriculados no curso de Doutorado no Programa supracitado, no sentido de analisar os resultados obtidos nas disciplinas cursadas. O intuito é o de triangular esses dados com a análise dos documentos internos do PPGEL e com as respostas alcançadas por meio dos instrumentos de coleta de dados aplicados aos participantes da pesquisa.

Em termos didáticos, a presente investigação tem como base de coleta de dados:

- 1) Questionário aplicado aos discentes surdos do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia – UFU;
- 2) Questionário aplicado aos docentes das disciplinas cursadas pelos discentes surdos do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia – UFU;
- 3) Histórico acadêmico dos discentes surdos com todas as disciplinas cursadas e seus respectivos resultados;
- 4) Decreto 5.626/2005 que determina a necessidade da adoção de mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção

das provas escritas, reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa e o desenvolvimento e adoção de mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, registrados em vídeo;

5) Decreto 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, determinando a necessidade da efetivação de serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras obstrutoras do processo de escolarização de alunos com deficiência, e oferta recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, devendo essas ações integrarem a proposta pedagógica da escola, garantindo o pleno acesso e participação dos alunos, atendendo as suas necessidades específicas;

6) Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Dentre tantas contribuições a fim de promover mudanças significativas na educação das pessoas com deficiência, esse documento legal atribui responsabilidade aos sistemas educacionais na garantia das condições de acesso, permanência e aprendizagem das pessoas com deficiência;

7) Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino;

8) Regimento do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

No que concerne ao trabalho de campo, essa investigação tem como foco o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia em que buscamos investigar os processos avaliativos aplicados aos discentes surdos do curso de Doutorado. Como um dos recursos para a análise de dados, utilizamos o Instrumento Conceitual elaborado por Leite (2018), delineado a partir da noção de avaliação e práticas avaliativas.

Sumarizando essas considerações, essa trajetória de pesquisa foi delineada da maneira supracitada com vistas a alcançar o objetivo geral da pesquisa que é o de analisar os processos avaliativos e os mecanismos de avaliação da aprendizagem aplicados aos discentes surdos do curso de Doutorado do PPGEL – UFU. Diante da metodologia exposta, passaremos a discutir sucintamente sobre o referencial teórico que fundamenta a presente discussão.

2 CONHECER PARA AVALIAR: A HETEROGENEIDADE DA SURDEZ

Nesta seção, conforme o propósito do Resumo Expandido, vamos apresentar de maneira breve a perspectiva teórica que fundamenta este estudo com o foco na avaliação da aprendizagem e a surdez sob a ótica da diferença. Os debates sobre a avaliação da aprendizagem dos surdos apontam para a criação de uma agenda de discussão acerca da singularidade linguística desses alunos. Tal fato impacta o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes que durante muito tempo foram considerados incapazes de aprender os conteúdos ensinados no contexto escolar. Essa problemática aponta para a urgência de práticas avaliativas autênticas que respeitem as suas singularidades, promovam a aprendizagem admitindo a sua diferença linguística e escapem de modelos estereotipados.

De acordo com Fernandes (2007), os professores necessitam de formação e informações sobre o que é a surdez e o que ela demanda em função da educação

dos alunos surdos. Uma concepção equivocada de uma avaliação que pretende ser inclusiva em condição de igualdade para todos, contudo, sem considerar as necessidades linguísticas dos surdos, pode prejudicar o desempenho desses aprendizes surdos nos processos avaliativos. Isso ocorre quando os surdos são submetidos aos mesmos processos que os ouvintes no que se refere à avaliação da aprendizagem.

Essa problemática se torna ainda mais latente ao constatar que a língua oficial das relações nos espaços escolares é a Língua Portuguesa. Desse modo, a língua de instrução formal é de modalidade oral e auditiva, ao passo que a língua de sinais é de modalidade gestual e visual. Isso pode se constituir como um desafio para as pessoas surdas que não têm como base linguística o português ou não apresentam domínio dessa língua. Esses aspectos impactam o ensino e a aprendizagem dos surdos, visto que, de modo geral, esse processo, o currículo e a proposta pedagógica são concebidos tendo como base um público ideal de alunos que têm como base linguística a língua oral.

Uma vez considerados esses apontamentos, é necessário problematizar a concepção de avaliação que tem norteado as práticas avaliativas desenvolvidas com os surdos. Um aspecto que pode gerar dúvidas aos professores é que alguns alunos surdos podem ser usuários da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, e também podem se comunicar oralmente por intermédio da Língua Portuguesa. Em relação às necessidades e características dos surdos no que se refere às múltiplas identidades surdas sob a ótica de concepções ideológicas da educação inclusiva, Mello (2001) faz um apontamento interessante. A pesquisadora destaca que tais aspectos culminam em um dilema: a surdez vista como um paradigma pedagógico. Segundo ela, “A prática escolar tem sido, em geral, desenvolvida a partir da ideia de um aluno hipotético. Se tende a fazer generalizações” (Mello, 2001, p. 01).

Sob esta visão, importa refletir ainda sobre outro aspecto de ordem linguística, visto que envolve as diferenças na apropriação e no desenvolvimento da língua oral e/ou da língua de sinais. Com Skliar (2016, p. 11) entendemos que a surdez “[...] é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”. Ainda de acordo com o autor, “A surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida”. Essa constatação propõe, assim, a surdez sob a ótica da diferença, da experiência visual e considera a subjetividade do sujeito, já que não existe a imposição de um modelo único da surdez.

Nesse viés, a avaliação que pretende ser inclusiva em condição de igualdade com os processos avaliativos desenvolvidos para os ouvintes, carece favorecer as práticas linguísticas e pedagógicas de modo a contemplar a heterogeneidade da surdez. Sem a pretensão de esgotar este estudo, passamos às nossas considerações finais.

CONCLUSÃO

A partir das reflexões apresentadas neste trabalho, é preciso levar em conta que no espaço escolar existem alunos surdos que são usuários da Libras e outros que não são, que têm como base linguística a Língua Portuguesa. Logo, a diversidade que existe no contexto educacional carece dialogar com os processos avaliativos que buscam alternativas pedagógicas para favorecer a qualidade de ensino do surdo bilíngue, que se comunica por meio da Libras e da Língua Portuguesa. Mas também

é necessário pensar em alternativas para aquele aluno que ele, ou a sua família, não escolheu a língua de sinais.

Voltamos, desta forma, para a reflexão sobre o papel linguístico e socioeducacional da língua de sinais como elemento central na construção do conhecimento dos surdos. Quando as instituições de ensino negam o direito linguístico desses estudantes de acesso às informações e ao currículo, os processos avaliativos não refletem o seu conhecimento, as suas dificuldades e os seus potenciais. Em decorrência desse cenário e seus respectivos desafios relacionados à avaliação da aprendizagem de surdos que contemple a diversidade cultural, social e linguística desses aprendizes, torna-se urgente promover práticas pedagógicas centradas na língua de sinais como suporte para significar o texto escrito.

Essas considerações apontam que se torna mais urgente ainda a necessidade de ampliar a quantidade de instrumentos avaliativos que favoreçam os diferentes estilos de aprendizagem dos surdos e as possibilidades de expressão do seu conhecimento. Como exemplo de propostas de avaliação inclusiva para surdos que podem ser adotadas, retomamos Fernandes (2007) ao apresentar algumas sugestões, a saber, prova interpretada para Libras ou respostas em Libras (vídeo-prova); valorização de imagens com enunciados e objetivos com explanação de conceitos; textos com linguagem clara e exploração de vocabulário; apresentações teatrais, seminários, pesquisas, mapas conceituais e outras atividades que valorizem a modalidade visual.

Avaliar na diversidade, ao considerar a heterogeneidade da surdez, demanda intervenções pedagógicas que se pauta nas habilidades, potencialidades e necessidades do surdo. Para fazer frente a essas situações, é necessário entender que a avaliação da aprendizagem de surdos compreende desafios linguísticos, culturais e identitários. Portanto, para significar a aprendizagem desses educandos, é preciso considerar tais aspectos.

Ao não levar em conta as características individuais dos estudantes, sejam eles surdos ou não, surdos oralizados ou não oralizados, corre-se o risco de efetivar práticas avaliativas desenvolvidas a partir de uma fórmula única que não se atenta para a diversidade em sala de aula. A surdez envolve aspectos relevantes que precisam ser considerados na tomada de decisões para reorientar a aprendizagem. O desafio está posto.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, S. **Avaliação em Língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações.** Curitiba, SEED/SUED/DEE, 2007.

LEITE, L. S. **Mecanismos de avaliação da aprendizagem de aluno surdo no ensino superior no âmbito da linguística aplicada.** 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, MG.

MELO, K. C. M. **Modalidades de avaliação da aprendizagem e suas relações com o ensino/aprendizagem de português língua materna.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação. Belém, 2009

SKLIAR, C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In: SILVA, S., VIZIM, M. (org). **Educação especial**: múltiplas leituras e diferentes significados. Mercado de Letras: Campinas. 2016.